

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , 2020**(Do Sr. Deputado Leo de Brito)**

Solicito seja convocada a Ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sra. Flávia Arruda, a fim de prestar esclarecimentos sobre as emendas secretas de Bolsonaro que totalizam R\$ 3 bilhões e foram comparadas aos escândalos como os do “mensalão” e “Anões do Orçamento”.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação da Ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sra. Flávia Arruda, a fim de prestar esclarecimentos sobre as emendas secretas de Bolsonaro que totalizam R\$ 3 bilhões e foram comparadas aos escândalos como os do “mensalão” e “Anões do Orçamento”.

JUSTIFICAÇÃO

Em 09 de maio de 2021, o Jornal Estadão¹ revelou na edição deste domingo um esquema de compra de apoio parlamentar por meio de um novo tipo de emenda de relator-geral do orçamento, a chamada RP9. Do total de repasses previstos, R\$ 271,8 milhões foram destinados à aquisição de máquinas pesadas por preços até 259% acima dos valores da tabela de

1



referência do governo válida para 2021. O esquema ficou conhecido como “tratoração”.

O jornal noticiou que parlamentares e especialistas em orçamento público avaliaram como “gravíssimo” e comparável a escândalos como os do “mensalão” e “Anões do Orçamento” o esquema montado pelo presidente Jair Bolsonaro para aumentar sua base de apoio no Congresso utilizando um orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões, operado de forma sigilosa até mesmo dos órgãos de controle. Parlamentares da oposição vão pedir que Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União investiguem o caso.

Segundo o economista Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas, “essa situação vai além das emendas. Nas emendas, o valor é igual para todos e o pagamento é obrigatório. Mas no ‘tratoração’ (*como o esquema passou a ser chamado por envolver compra de tratores com preços acima da tabela de referência do Executivo*), o governo abriu para alguns parlamentares do seu interesse a possibilidade de indicar onde desejariam alocar recursos (*além das emendas tradicionais*)”

Para a professora Élide Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, o “drible” para turbinar os recursos de emendas parlamentares remonta ao escândalo dos Anões do Orçamento. No início dos anos 1990, o esquema culminou na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e resultou no afastamento de seis congressistas. Outros quatro renunciaram ao mandato antes da conclusão das investigações.

O caso conhecido como “Anões do Orçamento” teve esse nome devido ao envolvimento de parlamentares de menor notoriedade à época. Segundo documentos históricos da Câmara, as emendas de relator do Orçamento tiveram um papel central no esquema dos anos 90. Elas eram conhecidas poucos instantes antes da votação e eram usadas para turbinar os recursos das emendas.



Segundo o jornal² “o esquema de um orçamento secreto montado pelo presidente Jair Bolsonaro para garantir apoio no Congresso atropela a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e posições assumidas por ele na campanha e já no exercício do mandato. Na liberação sigilosa de R\$ 3 bilhões para serviços de obras e compras de tratores e máquinas agrícolas indicados por um grupo escolhido a dedo de deputados e senadores, no final ano passado, o governo atropelou ao menos três exigências da legislação.

No que tange à LDO de 2020, as autorizações de repasses de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional deixaram de estabelecer critérios para definição das localidades beneficiadas e não apresentaram indicadores socioeconômicos ao distribuir os recursos. Além disso, não priorizaram a continuidade de obras iniciadas.

Considerando tratar-se de assunto de extrema importância em âmbito nacional e internacional. Ainda, pela devida urgência que se apresenta, julgo oportuno esclarecer a situação apontada. Para tanto, preliminarmente, entendo oportuno que esta Câmara dos Deputados, solicite a convocação da Ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Assim esperamos ver o presente requerimento aprovado pelo plenário da comissão, para que sejam prestados os devidos esclarecimentos sobre o os gastos públicos “extras” por meio de emendas secretas. Dessa forma, faz-se necessário a busca de mais informações da Ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República sobre a referida questão.

Plenário, 10 de maio de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

² <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>

